



MUNICÍPIO DE CANTANHEDE

Processo de Concurso

Concurso Público -
CP-CCP-ABS n.º 12/2016

PARA:

“CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO
DO BAR QUIOSQUE JUNTO
AO LARGO DE S. MATEUS,
NA CIDADE DE CANTANHEDE”

1.1



MUNICÍPIO DE CANTANHEDE
CÂMARA MUNICIPAL

**PROGRAMA DE
PROCEDIMENTO**

ÍNDICE

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO
2. ENTIDADE CONTRATANTE E CONSULTA DO PROCESSO
3. ÓRGÃO DELIBERATIVO
4. ESCLARECIMENTOS
5. ERROS E OMISSÕES DO CADERNO DE ENCARGOS
6. REQUISITOS NECESSÁRIOS À ADMISSÃO DOS CONCORRENTES
7. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA
8. DOCUMENTOS DA PROPOSTA
9. PROPOSTAS VARIANTES
10. MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DEMAIS DOCUMENTOS
11. PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS
12. LISTA DOS CONCORRENTES E CONSULTA DAS PROPOSTAS APRESENTADAS
13. PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS
14. CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO
15. AUDIÊNCIA PRÉVIA
16. LEILÃO ELETRÔNICO
17. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
18. DIREITO DE NÃO ADJUDICAÇÃO



MUNICÍPIO DE CANTANHEDE

CÂMARA MUNICIPAL

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO

1.1. O presente Concurso Público, efetuado de acordo o número 1, do artigo 31.º, cujo trâmite seguirá nos termos do artigo 130.º e seguintes, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação dada pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 02 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, vulgo Código dos Contratos Públicos, como abaixo se designa, tem como objeto a **Concessão da Exploração do Bar Quiosque junto ao Largo de S. Mateus, na Cidade de Cantanhede**, no período que vai desde a data da assinatura do Contrato da Concessão, que ocorrerá previsivelmente a **01 de setembro de 2016, até 31 de agosto de 2018**.

2. ENTIDADE CONTRATANTE E CONSULTA DO PROCESSO

2.1. A entidade pública contratante é o Município de Cantanhede; Praça Marquês de Marialva; Apartado 154; 3064-909 Cantanhede - Tel.: 231 419 008 / Fax: 231 419 009 e com o e-mail: dags@cm-cantanhede.pt.

2.2. Os documentos que constituem o Processo de Concurso - Programa de Procedimento e Caderno de Encargos - encontram-se patentes na Divisão de Planeamento, Contratação e Património, sita no Edifício dos Estaleiros Municipais, localizado na Rua de Santo António 3060-156 Cantanhede, onde poderão ser consultados todos os dias úteis, das nove às dezassete horas, desde o dia da publicação do anúncio, nos termos do disposto no número 1, do artigo 130.º, do Código dos Contratos Públicos, até ao termo do prazo para a apresentação de propostas, bem como na plataforma eletrónica do Município de Cantanhede sita em www.compraspublicas.com.

As peças de concurso estarão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante sita no site acima inscrito.



MUNICÍPIO DE CANTANHEDE

CÂMARA MUNICIPAL

3. ÓRGÃO DELIBERATIVO

3.1. O presente Concurso Público será efetuado com base no artigo 130.º e seguintes, do Código dos Contratos Públicos, por deliberação camarária tomada em Reunião de Câmara, e mediante prévia autorização da Assembleia Municipal, onde os presentes documentos deverão ser aprovados para efeitos de publicação no *Diário da República*.

4. ESCLARECIMENTOS

4.1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento sobre quaisquer dúvidas surgidas na interpretação das peças patenteadas em Concurso devem ser apresentadas, na referida plataforma eletrónica, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, nos termos do artigo 50.º, do Código dos Contratos Públicos.

4.2. Os esclarecimentos serão prestados, pelo Júri do procedimento, também por meio eletrónico, até ao final do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

4.3. Os esclarecimentos e as retificações devem ser juntas às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, sendo que todas as entidades que as tenham solicitado serão de imediato notificadas desse facto.

4.4. Em toda a tramitação, referente a esclarecimentos, seguir-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos.

5. ERROS E OMISSÕES DO CADERNO DE ENCARGOS

5.1. Os pedidos aceitação dos erros e omissões do Caderno de Encargos do presente procedimento devem ser apresentados, na referida plataforma eletrónica, até ao termo do quinto



MUNICÍPIO DE CANTANHEDE

CÂMARA MUNICIPAL

sexto do prazo fixado para a apresentação das propostas, à entidade pública contratante referida no número 2.1. do presente Programa de Procedimento.

5.2. Os esclarecimentos serão prestados pela mesma entidade, também por meio eletrónico, deve pronunciar-se sobre as listas de erros e omissões identificadas, até ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, considerando-se rejeitadas todas as que não sejam expressamente aceites.

5.3. As listas de erros e omissões aceites devem ser juntas às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, sendo que todas as entidades que as tenham solicitado serão de imediato notificadas desse facto.

6. REQUISITOS NECESSÁRIOS À ADMISSÃO DOS CONCORRENTES

6.1. Podem apresentar proposta as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º, do Código dos Contratos Públicos.

7. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

7.1. A proposta de preço, que deverá tomar a forma de renda global, considerando para tal o período de vigência da Concessão, e deverá elaborada em conformidade com o modelo seguinte:

PROPOSTA DE PREÇOS

F.....(indicar nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede), com o NIF / NIPC, depois de ter tomado conhecimento do objeto do concurso para “CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DO BAR QUIOSQUE JUNTO AO LARGO DE S. MATEUS, NA CIDADE DE CANTANHEDE”, a que se refere o anúncio datado de .../.../2016, bem como de todas as condições estabelecidas no respetivo Processo de Concurso (Programa de Procedimento e Caderno de Encargos), obriga-se executar a referida Concessão, conforme o



MUNICÍPIO DE CANTANHEDE

CÂMARA MUNICIPAL

pagamento de uma renda global deEuros (por extenso e por algarismos), que não incluem o IVA, para o período da Concessão a concurso.

Sobre os valores acima descritos acrescerá o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), à taxa legal em vigor de%.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data.....

Assinatura.....

-----X-----

7.2. A renda global a apresentar, será expressa em euros e não incluirá IVA, devendo, todavia referir-se a taxa legal aplicável, se este for legalmente devido.

8. DOCUMENTOS DA PROPOSTA

8.1. A proposta deverá ser instruída pelos seguintes documentos, sendo que entre parêntesis se identifica a forma de solicitação dos mesmos na plataforma eletrónica:

- Uma declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I, do Código dos Contratos Públicos (Declaração Anexo I);

- Proposta de preços elaborada de acordo com o modelo evidenciado no ponto 7., do Programa de Procedimento do presente Processo de Concurso (Proposta de preços).

8.2. As propostas e os documentos que as acompanham devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de o não serem pela sua própria natureza ou origem, serão acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a sua prevalência, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

8.3. A entidade adjudicante pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelos concorrentes.

d.v
[Handwritten signature]



MUNICÍPIO DE CANTANHEDE

CÂMARA MUNICIPAL

8.4. No caso de agrupamento de concorrentes, cada uma das entidades que o compõe deve apresentar os documentos supracitados.

8.5. Podem apresentar-se a concurso agrupamentos de empresas, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que todas as empresas do agrupamento satisfaçam as disposições legais relativas ao exercício da actividade e declarem a intenção de se associarem, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, tendo em vista a celebração do contrato.

8.6. Os documentos que acompanham a proposta devem ser assinados digitalmente, pelas entidades que os emitem, conforme disposto no artigo 27.º, da Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de julho.

9. PROPOSTAS VARIANTES

9.1. Não são admissíveis propostas variantes, por parte dos concorrentes, sob pena de exclusão destas, nos termos do artigo 59.º, do Código dos Contratos Públicos.

10. MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DEMAIS DOCUMENTOS

10.1. A proposta, bem como os documentos solicitados no ponto **8.1.**, do presente Programa de Procedimento serão apresentados diretamente na plataforma eletrónica do Município de Cantanhede sita em www.compraspublicas.com.

11. PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

11.1. Salvo nas situações referidas nos números 6 e 7, do artigo 133.º, do Código dos Contratos Públicos, em que este prazo pode ser prorrogado, as propostas para a concessão de exploração acima mencionada deverão ser entregues na plataforma eletrónica supra mencionada **até às 17h00m do dia 20 de julho de 2016.**



MUNICÍPIO DE CANTANHEDE

CÂMARA MUNICIPAL

12. LISTA DOS CONCORRENTES E CONSULTA DAS PROPOSTAS APRESENTADAS

12.1. No 1º dia útil imediato à data limite para apresentação das propostas, ou seja, no dia **21 de julho de 2016**, o Júri procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante.

12.2. Aos concorrentes incluídos na lista é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica, de todas as propostas apresentadas.

13. PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

13.1. Os concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas, por um prazo de 150 dias, de acordo com o previsto no artigo 65.º, do Código dos Contratos Públicos.

14. CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO

14.1. As propostas admitidas serão analisadas por um Júri, designado por deliberação da entidade para o efeito, que elaborará relatório fundamentado sobre o mérito das mesmas, ordenando-as para efeitos de adjudicação, de acordo com os critérios fixados.

14.2. O Júri apreciará as propostas admitidas a concurso, podendo, para o efeito, solicitar, por escrito, esclarecimentos complementares que tiver por convenientes sobre aspetos das propostas, obrigando-se os concorrentes a fornecê-los no prazo previamente fixado.

14.3. A adjudicação será efetuada à proposta financeiramente mais vantajosa, tendo em conta o fator “**Preço**”.

14.4. Para o efeito proceder-se-á à ordenação das propostas admitidas, à análise do procedimento, sendo que à proposta que apresenta o mais alto valor global de renda, a proposta financeiramente mais vantajosa, corresponde o número de ordem 1, ao segundo melhor valor

dlv

Cf



MUNICÍPIO DE CANTANHEDE

CÂMARA MUNICIPAL

global de renda, o número de ordem 2, e assim sucessivamente de forma decrescente para o valor global da renda e crescente para o número de ordem.

14.5. No caso da existência de empate entre os concorrentes, no valor global de renda apresentado, a adjudicação será efetuada à empresa com o número de apresentação da proposta mais baixo, isto é, a que tiver sido apresentada mais cedo na plataforma eletrónica.

15. AUDIÊNCIA PRÉVIA

15.1. Antes de ser proferida decisão sobre a adjudicação, o Júri procederá à audiência escrita dos concorrentes, nos termos do artigo 123.º, do Código dos Contratos Públicos.

15.2. Na sequência da audiência prévia, o Júri pondera as observações apresentadas pelos concorrentes e submete, à entidade competente para autorizar a adjudicação, um relatório final fundamentado.

16. LEILÃO ELETRÓNICO

16.1. As propostas apresentadas não serão objeto de Leilão Eletrónico.

17. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

17.1. Ao **adjudicatário** será concedido o prazo de 10 dias úteis para a apresentação dos seguintes documentos de habilitação, sendo que entre parêntesis se identifica a forma de solicitação dos mesmos na plataforma eletrónica:

- Uma declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II, do Código dos Contratos Públicos (Declaração Anexo II);

- Cópia do cartão de identificação fiscal / pessoa coletiva, do adjudicatário (NIPC);



MUNICÍPIO DE CANTANHEDE

CÂMARA MUNICIPAL

- Certidão de não dívida à Segurança Social, ou prestação de consentimento para efeitos de consulta da situação contributiva na Internet, nos termos do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de Abril (Certidão não dívida à Segurança Social);

- Certidão de não dívida às Finanças, ou prestação de consentimento para efeitos de consulta da situação contributiva na Internet, nos termos do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de Abril (Certidão não dívida às Finanças);

- Certidão de registo criminal, da entidade adjudicatária e de cada um dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência da empresa, em conformidade com o estabelecido na alínea i), do artigo 55.º, do Código dos Contratos Públicos (Registos criminais);

- Certidão da Conservatória do Registo Comercial comprovativa de que a empresa está registada e quem tem poderes para obrigar ou código de acesso à certidão permanente (Certidão Registo Comercial);

- Documento comprovativo de entrega da declaração periódica de rendimentos mais recente para efeitos de IRC (Modelo 22);

- Fotocópia do(s) cartão(ões) de cidadão ou do(s) bilhete(s) de identidade e do(s) cartão(ões) de contribuinte do(s) representante(s) do adjudicatário que virá(ão) assinar o Contrato (Documentos para assinatura contrato).

18. DIREITO DE NÃO ADJUDICAÇÃO

18.1. De acordo com o disposto no artigo 79.º, do Código dos Contratos Públicos, a entidade pública contratante reserva-se o direito de não adjudicar a Concessão posta a concurso a qualquer dos concorrentes.

18.2. A decisão de não adjudicação e respetivos fundamentos serão notificados aos concorrentes.



MUNICÍPIO DE CANTANHEDE

CÂMARA MUNICIPAL

Paços do Município de Cantanhede, 30 de maio de 2016

O Técnico Superior,

José Alberto Arêde Negrão

O Técnico Superior,

Sérgio Emanuel Mamede Fernandes